ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 019/2025

DECRETO Nº 019/2025.

EMENTA: Regulamenta, de forma preliminar, a operação do Sistema de Transportes Coletivos de Passageiros de São Lourenço da Mata, denominado STCP/SLM, componente do Sistema de Mobilidade Urbana.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE São Lourenço da Mata, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso IX, da Lei Orgânica do município de São Lourenço da Mata e pela designação instituída pelo art. 43 da Lei nº 3.032/2023 que dispõe sobre o Sistema de Mobilidade Urbana – SIMUR/São Lourenço da Mata

DECRETA:

Art. 1º. Fica, por este instrumento legal, regulamentado, de forma preliminar, a operação do Sistema de Transportes Coletivos de Passageiros de São Lourenço da Mata, denominado STCP/SLM, modal de Transporte Público, componente do Sistema de Mobilidade Urbana de São Lourenço da Mata – SIMUR/SML, instituído através da Lei Municipal nº 3.032/2023, respeitadas as exigências da Lei n.º 12.587/2012 que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

§1º A regulamentação completa do Sistema se dará em instrumento legal a ser emitido após as definições estabelecidas pelo Órgão Gestor do Sistema de Mobilidade Urbana – SIMUR/SLM.

§2º A existência de débitos fiscais, junto ao município de São Lourenço da Mata impedirá a tramitação de qualquer requerimento, seja para se habilitar no processo licitatório e/ou para a renovação do credenciamento do permissionário ou de seus prepostos.

Art. 2º. A exploração do STCP/SLM é delegada pelo Poder Público Municipal, sob o regime de permissão, obedecido o disposto na legislação aplicável à matéria.

Art. 3º. O STCP/SLM terá seus serviços realizados em caráter contínuo e permanente, comprometendo-se o permissionário com a sua regularidade, segurança e qualidade, correndo por conta e risco do mesmo toda e qualquer despesa dele decorrente, inclusive as relativas a pessoal, operação, manutenção, tributos e demais encargos.

Art. 4º. É facultada ao permissionário a desistência da delegação sem que essa desistência possa constituir, em seu favor ou em favor de terceiros, direitos de qualquer natureza, seja a que título for, exceto quando definidos na regulamentação da delegação, notadamente quando envolver investimentos em infraestrutura.

Art. 5º. Quando a não intenção da manutenção da prestação do serviço for da parte de um operador individual, no ato da formalização da desistência, deverá ser devolvido ao Órgão Gestor do SIMUR/SLM toda a documentação que autorizou a execução do serviço.

Art. 6º. Para a formalização da desistência da prestação do STCP/SLM, o permissionário deverá adotar os seguintes procedimentos para baixa no cadastro:

- I- apresentar ao Órgão Gestor do SIMUR/SLM solicitação por escrito da desistência da sua autorização;
- II- apresentar a quitação de todos os débitos porventura existentes perante o Poder Público;

III- devolver todos os documentos originais que autorizam a operação dos serviços;

IV- comprovar a descaracterização do veículo ao Órgão Gestor do SIMUR/SLM e modificação junto ao DETRAN/PE da categoria aluguel para particular;

Art. 7º. Caso o permissionário não tenha domicílio em São Lourenço da Mata, deve ser providenciada a sua instalação neste Município, para propiciar o licenciamento do veículo nesta localidade.

Art. 8º. Constituem obrigações do permissionário:

I- cumprir a Lei Municipal nº 3.032/2023, este Regulamento e demais normas legais;

II- utilizar somente veículos cadastrados e que satisfaçam os requisitos necessários à operação, assim como os padrões de comunicação visual, nas normas, nos regulamentos, na Ordem de Serviço de Operação e outras determinações do Órgão Gestor do SIMUR/SLM;

III- manter atualizados todos os dados cadastrais junto ao Órgão Gestor do SIMUR/SLM;

IV- descaracterizar o veículo quando do seu desligamento do sistema, inclusive solicitando a baixa na placa de categoria aluguel;

V- alocar pessoal devidamente capacitado e habilitado, necessário à execução dos serviços, assumindo todas as obrigações decorrentes, não se estabelecendo, em tempo algum, qualquer relação jurídica entre os prepostos contratados pelo permissionário e o Órgão Gestor do SIMUR/SLM;

VI- prevenir acidentes de trânsito, garantindo a segurança das viagens e a integridade física dos usuários, por meio de manutenção adequada dos veículos, e de preparação, capacitação e treinamento periódico dos condutores de veículos;

VII- cadastrar e recadastrar o condutor eventual e o cobrador, quando for o caso;

VIII- realizar seu recadastramento, bem como do veículo, no período de **02 a 30 de junho de 2025**.

Art. 9º. O cadastramento e o recadastramento são efetuados mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I- para os permissionários:

a) certificado de Registro do Veículo em nome do permissionário ou, se tratando de arrendamento mercantil, ser o único beneficiário;

b) cédula de identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física/Ministério da Fazenda;

d) Carteira Nacional de Habilitação - CNH, categoria D ou E;

e) comprovante de quitação militar e eleitoral;

f) atestado médico, emitido pelo Sistema Único de Saúde, declarando aptidão física e mental para o serviço;

g) certificado de aprovação nos cursos destinados ao treinamento de pessoal de operação;

h) comprovante de residência;

i) 02 (duas) fotos de identificação 3x4, ou registro digital da imagem;

j) Certidões Negativas de Feitos Criminais de todos os sócios emitidas pelos seguintes órgãos:

I - Justiça Federal;

II - Justiça Estadual da Comarca de São Lourenço da Mata;

III - Juizado Especial Criminal de São Lourenço da Mata.

k) comprovante de regularização do Instituto Nacional da Seguridade Social;

l) comprovante de regularização do Cadastro de Inscrição Municipal - CIM do Município de São Lourenço da Mata;

m) comprovante de quitação da TSP - Taxa de Serviços Públicos;

n) comprovante de quitação de multas aplicadas pelo Órgão Gestor do SIMUR/SLM, com trânsito em julgado;

o) relatório de pontuação emitido pelo Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco.

II- para os condutores auxiliar e eventual:

a) cédula de identidade;

b) Carteira Nacional de Habilitação, categoria D ou E;

c) quitação militar e eleitoral;

d) atestado médico, emitido pelo Sistema Único de Saúde, declarando aptidão física e mental para o serviço;

- e) certificado de aprovação nos cursos destinados ao treinamento de pessoal de operação;
- f) comprovante de residência;
- g) 02 (duas) fotos de identificação 3x4, ou registro digital da imagem;
- h) Certidões Negativas de Feitos Criminais de todos os sócios emitidas pelos seguintes órgãos:
 - I - Justiça Federal;
 - II- Justiça Estadual da Comarca de São Lourenço da Mata;
 - III - Juizado Especial Criminal de São Lourenço da Mata.
- i) Cadastro de Pessoa Física/Ministério da Fazenda;
- j) relatório de pontuação emitido pelo Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco.

- III - para os cobradores e controladores de terminal:
 - a) cédula de identidade;
 - b) quitação militar e eleitoral;
 - c) atestado médico, emitido pelo Sistema Único de Saúde, declarando aptidão física e mental para o serviço;
 - d) certificado de aprovação nos cursos destinados ao treinamento de pessoal de operação;
 - e) comprovante de residência;
 - f) 02 (duas) fotos de identificação 3x4, ou registro digital da imagem;
 - g) Certidões Negativas de Feitos Criminais de todos os sócios emitidas pelos seguintes órgãos:
 - I - Justiça Federal;
 - II - Justiça Estadual da Comarca de São Lourenço da Mata;
 - III - Juizado Especial Criminal de São Lourenço da Mata.
 - h) Cadastro de Pessoa Física/Ministério da Fazenda;
 - i) Cadastro de Pessoa Física/Ministério da Fazenda.

§1º O atestado médico de sanidade física e mental deve ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua expedição.

§2º Ao critério do Órgão Gestor do SIMUR/SLM, pode ser exigida a apresentação de outros documentos.

Art. 10. A partir da presente regulamentação, os permissionários que não realizarem o cadastramento previsto no inciso “VIII” do Art. 8º, deste Decreto, terão as permissões suspensas, e será aberto o processo de cassação das permissões.

Art. 11. O recadastramento do permissionário, do condutor auxiliar, do condutor eventual, se for o caso, e/ou do cobrador, bem como dos veículos, será anual, em calendário a ser previamente comunicado pelo Órgão Gestor do SIMUR/SLM.

Art. 12. Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação do STCP/SLM deverão ter seus dados cadastrados e atualizados no Órgão Gestor do SIMUR/SLM, de acordo com as características e especificações definidas neste Decreto ou em normas complementares.

§1º Poderão ser cadastrados para os serviços do STCP/SLM somente veículos que satisfaçam às especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pelo Órgão Gestor do SIMUR/SLM, e estejam devidamente licenciados no município de São Lourenço da Mata, no prazo estabelecido no inciso “VIII” do Art. 8º, deste Decreto.

§ 2º Somente serão aceitos veículos com idade máxima de **15 (quinze) anos**, admitindo-se, em caráter excepcional veículos com idade superior, desde que esses veículos tenham sido aprovados em inspeção técnica veicular realizada por oficina credenciada pelo Detran/PE, também obrigatória para os veículos que estão abaixo da idade máxima.

§ 3º Os registros de que trata o "caput" deste artigo somente serão efetuados com base em laudos de vistoria, elaborados de acordo com critérios estabelecidos pelo Órgão Gestor do SIMUR/SLM em norma complementar, que deverá estabelecer:

- I- requisitos e documentação para o licenciamento e o cadastramento;
- II- características mecânicas, estruturais e geométricas;
- III- *lay-out* interno e capacidade de transporte;

IV- padrão de programação visual e demais características internas e externas;
V- condições de utilização dos espaços interno e externo para publicidade;
VI- letreiros e avisos obrigatórios;
VII - informação aos usuários;
VIII-equipamentos obrigatórios, particularmente os de segurança, os de controle de passageiros transportados, de quilometragem percorrida e os relativos ao sistema de pagamento de tarifa.

§ 4º. O cadastro dos veículos, bem como sua atualização, será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I- certificado de propriedade;
II- documento de licenciamento;
III- certificado de vistoria expedido pelo Órgão Gestor do SIMUR/SLM.

Art. 13. Após o recadastramento os veículos do STCP/SLM recebem o selo de credenciamento referente ao exercício correspondente.

Art. 14. Para exclusão dos cadastros dos veículos são exigidos:

I- quitação geral junto ao Órgão Gestor do SIMUR/SLM;
II- retirada do selo de vistoria dos veículos;
III- baixa da placa de aluguel;
IV- descaracterização da comunicação visual do STCP/SLM.

Parágrafo único. As comprovações das exigências estabelecidas nos incisos II, III e IV deste artigo são efetuadas mediante vistoria e posterior emissão de laudo de liberação do veículo,

Art. 15. Os permissionários do STCP/SLM, a título de exploração desse sistema, como modalidade do Sistema Municipal de Transportes de Passageiros, ficam obrigados a efetuar o pagamento da Taxa de Serviços Públicos, nos termos e nos valores estabelecidos na Lei Municipal nº 3.032/2023 e atualização monetária com base na Lei Complementar Municipal nº03/2022 - Código Tributário do Município de São Lourenço da Mata.

Art. 16. A fiscalização dos serviços, o registro, notificação e encaminhamentos das infrações, a aplicação de medidas administrativas, penalidades e a possibilidade de registro de recursos estão definidas na Lei nº 3.032/2023.

Art. 17. Quando do descumprimento do presente Regulamento e das normas emanadas do Órgão Gestor do SIMUR/SLM, através de ato formal, será solicitado ao DETRAN/PE o bloqueio com restrições administrativas no registro do veículo até a sua regularização, com as consequências cabíveis da utilização do veículo com restrições.

Art. 18. Para o não cumprimento das determinações do presente Decreto ensejará ao Permissionário:

I- O não comparecimento no período estabelecido no inciso “VIII” do Art. 8º, do presente Decreto, implicará na imediata suspensão da permissão para operação no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros - STCP/SLM, além de multa enquadrada como de natureza Grave, cujo valor está estabelecido no Art. 84 da Lei Municipal nº 3.032/2023.

II- Após o prazo de recadastramento estabelecido no inciso “VIII” do Art. 8º, do presente Decreto, o permissionário do STCP/SLM que operar sem o devido recadastramento, será aplicada a medida administrativa de Apreensão do Veículo, combinada com a autuação de multa de natureza Gravíssima, cujo valor está estabelecido no Art. 84 da Lei Municipal nº 3.032/2023.

III- Operar o transporte remunerado fora do território do Município de São Lourenço da Mata.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Gestor do STCP/SLM.

Art. 20. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço da Mata, 21 de maio de 2025.

VINÍCIUS LABANCA

Prefeito

Publicado por:
Oswaldo José Vieira
Código Identificador:C3860EC6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 09/06/2025. Edição 3859
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>